

Carlos Fortuna

Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos
Uma avaliação e duas propostas para Coimbra

Oficina do CES n.º 254
Junho de 2006

Carlos Fortuna

Centro de Estudos Sociais
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos Uma avaliação e duas propostas para Coimbra¹

Resumo: Preparada como texto de suporte para uma comunicação num debate sobre o Centro Histórico de Coimbra, esta Oficina começa por alertar para os limites da acção de reabilitação urbana que converte os centros históricos em paisagem de privilégio social. Depois, sustentam-se duas iniciativas que poderão mobilizar a cidade para uma acção de valorização dos recursos patrimoniais de Coimbra: a criação de um *Centro Internacional de Cultura Urbana*, associada a uma acção de *empreendedorismo cultural*, capaz de atrair e fixar quadros jovens, ao mesmo tempo que poderá ampliar competências profissionais instaladas, diversificando a oferta de serviços culturais na cidade.

Por fim, o texto aborda a natureza plural dos patrimónios urbanos, para o que discorre a propósito da necessidade de uma *política alter-patrimonialista do património*, que saiba captar o sentido cultural e tratar como património as diversas expressões materiais ou simbólicas não convencionais, populares e informais, que preenchem e tornam diversas as paisagens culturais das cidades e dos seus centros históricos.

Introdução

Quero começar por cumprimentar os responsáveis pela organização desta Conferência e expressar-lhes um agradecimento muito sincero pelo convite que me dirigiram para nela participar.

O tema geral que nos é proposto é a imagem dos centros históricos, o que é, por si, um tema de indiscutível actualidade e enorme pertinência. Tendo Coimbra como pano de fundo, a discussão desta pertinente questão da imagem dos centros históricos ganha uma relevância particular em função de três ordens de razões que gostaria de enunciar.

Em primeiro lugar, a meu ver, uma Conferência com tal preocupação tem a virtude, digamos assim, de forçar a cidade de Coimbra a olhar para si própria e para a sua imagem.

¹ Este trabalho é parte integrante da pesquisa em curso sobre “Dinâmicas de recomposição socioeconómica dos centros históricos: o caso de Coimbra”, financiada pela FCT (Projecto POCI/SOC/60886/2004).

Conservam-se deliberadamente alguns dos traços da exposição oral desta comunicação, apresentada na Conferência Internacional “A Imagem dos Centros Históricos” (Organização da Câmara Municipal de Coimbra), Coimbra, 21-23 de Setembro de 2005.

Trata-se de um acto de auto-reflexão que recomenda alguma análise da contemporaneidade sociocultural de Coimbra, o que, por sua vez, requer um balanço breve acerca de onde partimos e de onde se julga ser razoável chegar. Brevemente, partimos de um período, que gosto de imaginar como já terminado, em que se instalou e cultivou em diversos sectores político-culturais um discurso auto-complacente sobre a cidade de Coimbra, como cidade impotente e em perda. Gostaria de admitir que este Encontro poderá contribuir para relativizar esse diagnóstico pouco esclarecido e difícil de sustentar de uma cidade sem iniciativa nem auto-estima e, por isso, mal preparada para enfrentar com sucesso os desafios do novo milénio.² Não deixa de ser curiosa e mesmo errónea esta avaliação quando aplicada a uma cidade que, historicamente, sempre teve um discurso de auto-convencimento e auto-celebração. Será que estamos no início do futuro urbano e sociocultural de Coimbra e se irá ultrapassar de vez o viés tacanho e provinciano que caracterizou aquela narrativa desconcertante e imobilista?

Em segundo lugar, partindo desta hipótese, a importância deste Encontro decorre da pertinência do seu tema central – os centros históricos. É indesmentível a urgência desta reflexão quando entramos num tempo histórico sem precedentes marcado pela circunstância de termos ultrapassado o limiar dos 50% da população mundial a residir em aglomerados urbanos. Esta civilização urbana não se refere apenas aos milhões de pessoas que vivem e trabalham em complexos urbanos recentes e de escalas metropolitanas e demográficas gigantescas, mas envolve também, e por maioria de razão, os centros urbanos de matriz histórica e pequena escala, como é o caso de Coimbra. Também para estes é determinante a componente sócio-política, económica e cultural que condiciona actualmente a qualidade da existência humana e que, na verdade, traduz um problema e requer soluções semelhantes em larga medida aos dilemas da gestão das grandes metrópoles, se não em escala, pelo menos no que respeita à sua natureza. Um pouco por todo o lado, os centros históricos têm vindo, deslizantemente, a perder vigor e a dissipar-se não apenas enquanto território disputado e subalternizado por outras centralidades urbanas, mas também enquanto referência cultural e histórica da dignidade e da identidade urbanas. É urgente a intervenção criteriosa nos centros históricos das cidade – não sendo Coimbra obviamente excepção – porquanto está em causa estancar a degradação ambiental e a desqualificação social que ali se concretizam e preservar o que resta da cultura histórica do local e da

² Num comentário acerca da recente “Coimbra Capital Nacional da Cultura 2003” tive oportunidade de me deter mais especificamente sobre este discurso e o esforço gorado que o evento constituiu para a renovação urbano-cultural da cidade (vd. Fortuna, 2004: 84-98).

memória da cidade. Atrevo-me, assim, a imaginar que esta Conferência pode dar um contributo para equacionar os termos desta necessária e urgente intervenção.

Por último, mas não menos importante, quero admitir que a relevância deste Encontro está ainda relacionada com a tentativa de promoção de diálogo entre responsáveis e decisores políticos, técnicos e analistas locais entre si e com outros, tanto nacionais como internacionais, que irão intervir. Este cruzamento de experiências é uma marca do tempo em que vivemos e que exige trocas intensas de ideias e modelos, sempre num registo alargado de cooperação reticular. Não há conhecimento ou experiência local que perdure e possa ser validado sem confronto com experiências terceiras, o que é o mesmo que dizer que não há conhecimento ou experiência internacional que possa ser cegamente transplantada de um lugar para outro, sem avaliação criteriosa da sua adequação e da sua sustentabilidade. A cooperação com outros é tão determinante para a busca de novas soluções possíveis como é a mobilização da massa crítica e da criatividade locais. A criatividade e a massa crítica locais não são recursos da mesma natureza que outros que podem ser facilmente deslocados de um sítio para o outro (como os alimentos, ou a ajuda médica, ou... por que não... as armas e os exércitos...). A criatividade e a massa crítica locais estão, por definição e certamente em doses variadas, instaladas nos diferentes lugares. E cada lugar tem de saber mobilizá-las, em primeiro lugar, como garante da preservação da identidade e do espírito do lugar e, em segundo lugar, como meio de referência e diálogo com outros lugares.

Patrimónios, culturas e memórias urbanas

Feito este intróito, gostaria agora de me referir ao facto de estarmos a viver num mundo que dedica uma enorme atenção aos chamados patrimónios culturais urbanos. São patrimónios históricos edificados, mas também patrimónios socioculturais, artísticos, linguísticos e humanos que encontram expressões diversas nas cidades de hoje, embora não exclusivamente. Estes patrimónios, tanto os tangíveis como os intangíveis, enunciam modos de viver passados e actuais que, no seu conjunto, constituem a memória social e, em muitos casos e por isso mesmo, revelam e significam o próprio espírito dos lugares.

Mas este mundo que elogia a política sensível de preservação patrimonial é um mundo crítico das intervenções parcelares e fragmentárias por que se têm pautado as acções tradicionais de defesa e preservação do património. Não raramente, sob a feição de criteriosa

intervenção técnica, essas acções têm marginalizado a dimensão histórico-cultural essencial dos patrimónios urbanos, para se concentrarem fundamentalmente no domínio do edificado. Trata-se de uma dimensão essencial da conservação dos centros históricos.



Fotos: Carlos Fortuna

Em alguns casos a degradação do edificado é muitíssimo acentuada,³ e as medidas devem ser imediatas e de emergência. Mas mais do que esta intervenção destinada à conservação/recuperação do edificado, pretendo principalmente sublinhar a importância das dimensões socioculturais que, para além dos edifícios, constituem parcelas relevantes da história e da memória dos lugares. Estas dimensões não podem ser ignoradas e têm mesmo de ser equacionadas numa perspectiva ampla e sistémica do que é o património local, em que cada elemento surge integrado num plano conjunto, de múltiplas interações entre as partes.

Uma das linhas de renovada percepção das intervenções em sítios históricos localizados em áreas urbanas, como é o caso que hoje aqui nos reúne, é a absoluta necessidade de inovação dos processos de preservação do património sociocultural e da sua integração efectiva no desenvolvimento urbano mais amplo. A exigência pública de hoje, um pouco por todo o

³ Esta é uma referência ao conjunto de registos fotográficos sobre o Centro Histórico de Coimbra (“Alta” e da “Baixa” da cidade) que suportava a apresentação oral deste texto, de que se reproduz aqui apenas uma parte por economia de edição. Este material fotográfico foi recolhido pelo autor, no decurso de dois trabalhos de caracterização sociodemográfica daquelas zonas da cidade, sendo um deles (o estudo sobre a “Baixa”) resultante de uma parceria Universidade de Coimbra-Câmara Municipal, cujos resultados poderão ser consultados em <http://sigurb.dec.uc.pt/>.

mundo, é a de um desenvolvimento urbano social e culturalmente sustentado que requer a preservação dos vestígios do passado mas também das práticas sociais que com ele se relacionam. É de um direito da estirpe dos novos direitos colectivos que estamos a falar, o de se assegurar um desenvolvimento urbano, territorial e sócio-económico equilibrado ecologicamente e diversificado culturalmente.

Em grande parte este direito diz respeito a residir no centro da cidade ou a usufruir dele. Tratando-se de um privilégio, viver no centro, contudo, não pode transformar-se em objectivo político de gestão urbana, alinhada por lógicas de especulação imobiliária, associada a mecanismos de repulsão de grupos e minorias étnicas ou de segmentos sociais mais vulneráveis. Todos conhecemos os limites da tendência para uma contínua elitização de muitos centros históricos de cidades europeias e americanas, resultantes de agressivas políticas de enobrecimento urbano ou “gentrificação”. Preservar e dar qualidade ao centro histórico não pode ser visto como torná-lo uma paisagem de privilégio e de exclusividade social para usufruto de grupos sociais dominantes. Para uma enorme franja dos residentes destes centros históricos, como no caso da “Alta” e da “Baixa” de Coimbra, preservar e requalificar equivale a garantir um direito elementar de permanência residencial no lugar, o que pode significar assegurar níveis de dignidade humana e mesmo de sobrevivência no espaço urbano, tantas vezes desprezadas por acções precipitadas de realojamento.

Uma boa parte dos problemas das políticas públicas aplicadas à salvaguarda dos patrimónios e das memórias deriva de problemas de gestão, e sobretudo de gestão de conflitos de interesses. Do ponto de vista institucional, esses conflitos não são, como se poderia julgar à primeira vista, conflitos entre interesses públicos e interesses privados. Ao contrário, como sublinhou recentemente uma reconhecida especialista do ordenamento jurídico do planeamento urbano (Galvão, 2005), mais do que aqueles possíveis conflitos encontram-se os próprios conflitos entre instituições e interesses públicos. Este parece ser, portanto, um dos primeiros problemas que podemos apontar sobre a dificuldade em salvaguardar de modo equilibrado, célere e sustentado os centros históricos das nossas cidades.

Na verdade, não podemos deixar de nos interrogar sobre quantos e quais são exactamente os vários departamentos, gabinetes e institutos públicos que intervêm nos centros históricos das cidades e o disputam. Que projectos promovem, como os acompanham e financiam, como os fiscalizam, que objectivos de ordenamento perseguem e como se articulam

ou relacionam entre si, são outras tantas interrogações que – excluídos os intervenientes privados – fazem suspeitar da eficácia desta azáfama pública que marca a condição de centro histórico urbano de hoje.

Do mais que presumível desconcerto que daqui resulta, decorrem muitas irracionalidades de gestão dos centros históricos urbanos. Um dos efeitos principais deste desencontro é certamente o de serem numerosos os casos em que centros urbanos de maior ou menor densidade patrimonial histórica e cultural se encontrarem sujeitos a intervenções prejudiciais à sua integridade e em risco de descaracterização.

É urgente por isso uma revisão de princípios orientadores da acção pública, tornando-a mais eficaz e mais democrática. É necessário romper com a visão sectorial das políticas públicas que isolam, particularizam e fracturam os tecidos e os ambientes urbanos. Em vez disso, como já assinalei, parece indispensável uma concepção sistémica renovada que dê conta da globalidade da acção de preservação dos patrimónios e das culturas das cidades e dos seus velhos centros. Cada parte da cidade só tem sentido se entendida no todo que é a cidade ela própria. Esta é a um tempo una e diversa e é desta mesma dupla qualidade que resulta a sua complexidade e a sua diversidade social, política e cultural. Devemos acautelá-las enquanto patrimónios se não quisermos uma cidade sem memória de si e fundada na uniformidade.

Por isso, como dizia acima, é preciso um modelo alternativo ao modelo dominante de intervenção que, as mais das vezes, se limita a tratar institucionalmente a política urbana como a soma das áreas de habitação, do saneamento básico e dos transportes.

Como sabemos, muitas vezes, em espaços urbanos mais vulneráveis muito do seu património construído encontra-se preservado. Tal não impede, porém, que se reconheça a necessidade da sua requalificação e, sobretudo, da sua (re)inserção no contexto urbano e cultural mais amplo, sem o que nunca se alcançará a (re)activação do espírito do lugar nem se reforçará a coesão urbana, quer dizer a integração sociocultural das diferentes zonas da cidade.

Há alguns casos de reconversões económicas e funcionais muito bem sucedidos do ponto de vista da sua (re)inserção sociocultural local. Seria abuso da minha parte descrevê-los em pormenor, mas ainda assim gostaria de mencionar um ou outro mais bem sucedido, embora como se imaginará não isento de problemas sociais, políticos e culturais ou ambientais em emergência.

Um caso exemplar parece-me ser a intervenção no bairro *Ticinense* no Centro de Milão, cuja reabilitação teve como eixo central a actividade de jovens empresários culturais instalados num velho e recuperado mercado municipal (Vd. Bovone, 2005: 359-380). Outro caso exemplar, tão debatido quanto polémico, diz respeito ao modo como se procedeu à recuperação urbana e à reinserção social do “Pelourinho” em S. Salvador da Baía, e a sua relação com os objectivos turísticos que lhe subjaziam (Vd. AA VV, 2000; e Pinho, 1997). Um terceiro exemplo é o celebrado e paradigmático “modelo de Barcelona”, feito a partir de um conjunto de iniciativas de grande porte e alcance político e cultural, de que os Jogos Olímpicos foram apenas um exemplo.⁴

As experiências são diversas e as que estou a mencionar são apenas casos singulares, relativamente bem sucedidos, mas de que conhecemos também as respectivas limitações. O que me parece que pode ser dito a propósito do que têm em comum estas situações é que, além de terem lugar em contextos urbanos e metropolitanos densos, todas elas foram experiências que souberam mobilizar, como assinalai acima, a criatividade e as competências locais e pô-las ao serviço do debate e da cooperação, sem excluir a inserção no trabalho desenvolvido em redes internacionais de cidades apostadas na defesa e requalificação dos seus patrimónios urbanos.

Duas propostas de revalorização

Esta é uma dimensão crucial do sucesso que se pode aspirar alcançar com recurso a novas modalidades de intervenção nos centros históricos e nas zonas decadentes e vulneráveis das cidades. Trata-se, na verdade, de uma dimensão própria dos tempos em que vivemos e que são tempos de acentuada concorrência entre cidades em busca de promoção e reforço de capacidades de captação de recursos, fluxos e bens, incluindo imagens, globalizados. Mas são também tempos de engenhosa cooperação e troca de experiências em áreas onde podem ser potenciadas e tornadas promissoras interações técnicas e socioculturais entre cidades e regiões diversas. A acutilância actual das técnicas de marketing urbano e de *city branding* são bem ilustrativas desta ambivalência que as cidades, e logo também os seus centros históricos, experimentam entre, de um lado, a busca de harmonização de critérios de comparabilidade inter-cidades e, de outro lado, a busca dos particularismos que as distingam.

⁴ Vejam-se, entre outros, os estudos de Mari Paz Balibrea (2003) e de Joaquin Rius Ulldemolins (2004).

Isto mesmo me faz interrogar sobre possibilidades inexploradas por tantas cidades que menosprezam e ignoram importantes capitais de valorização e competitividade que possam incorporar, em vez de subalternizar e excluir patrimónios e recursos culturais de enorme valia. Dou de seguida dois exemplos de iniciativas que me parecem tão plausíveis como urgentes, sabendo do destino a que certamente irão ser votadas mesmo numa audiência que como disse antes engloba um conjunto de agentes e decisores políticos e culturais locais:

A - Um Centro Internacional de Cultura Urbana

– O meu primeiro exemplo, ou proposta, para ser mais arrojado, diz respeito à possibilidade de Coimbra potenciar nas mais diversas vertentes as suas geminações, e aliá-las com os seus actuais e futuros fluxos turísticos e culturais internacionais. A esta vertente poderá associar-se uma acção de incorporação da diversidade cultural que a cidade vai mostrando a partir da fixação de imigrantes africanos, europeus e brasileiros. Esta diversidade prolonga-se, aliás, na riqueza multicultural e no dinamismo e potencial inovador que nenhuma cidade está hoje disposta a dispensar, constituído centenas de estudantes universitários de diversíssimas nacionalidades que aqui se fixam anualmente e que, ingloriamente, usam mais os espaços universitários e selectivos da cidade que os seus espaços públicos urbanos indiferenciados. Atrevo-me a pensar que pode residir aqui parte da “capacidade instalada” com que Coimbra poderia promover aquilo que se poderia designar por *Centro Internacional de Cultura Urbana*. Tratar-se-ia de um *Centro* catalizador de diversas expressões culturais, artísticas, políticas que poderia funcionar como alavanca da redinamização cultural do centro histórico e que, articulado com outros equipamentos e valências culturais da cidade que vão definhando à mão da incúria política local e nacional, alargue e diversifique as condições de produção, circulação e consumo de bens culturais, ao mesmo tempo que multiplica e diversifica a oferta turístico-cultural da cidade e amplia as trocas culturais e a visão alargada e cosmopolita do mundo;

B - Empreendedorismo cultural

– O meu segundo exemplo ou hipótese, sem colidir com o primeiro, seria o de imaginar o lançamento, nesta cidade, à semelhança de outras paragens, de uma espécie de incubadora de *empreendedorismo cultural* que fixe e atraia quadros jovens, amplie

competências profissionais existentes e, sobretudo diversifique e inove a oferta especializada de serviços culturais na cidade – em associação com entidades públicas mais especificamente devotadas ao fomento do emprego, e em ligação com as instituições de Ensino Superior e a série de cursos novos em áreas culturais e artísticas, do jornalismo e da comunicação, do turismo e outras. Uma tal engenhosa política de *empreendedorismo cultural* teria, forçosamente, que ser institucionalmente associada a um ou mais centros ou núcleos de produção cultural de mérito, nacional, por certo, mas sem excluir a possibilidade de parcerias internacionais neste domínio das artes e da cultura. Com a conhecida elevada percentagem de edifícios devolutos existentes hoje na “Alta” e na “Baixa” de Coimbra, a questão da instalação física de uma tal experiência de *empreendedorismo cultural* não parece insolúvel. A dificuldade e o desafio encontram-se, fundamentalmente, nas capacidades de iniciativa e no capital de criatividade que numerosas instituições públicas e privadas, locais e outras, desejem pôr ao serviço da inovação urbano-cultural de Coimbra.

Uma política alter-patrimonialista do património?

Ambas as propostas servem para assinalar a tentativa de reflectirmos sobre como injectar modernidade no centro histórico da cidade, fazendo-o em torno de eixos tão determinantes como sejam o emprego, a criatividade e a cooperação internacional de base cultural. A ideia é fomentar nichos de revitalização e de fertilização cultural sustentada, do mesmo modo que o fizeram com sucesso algumas conhecidas experiências europeias apostadas na constituição de quarteirões ou bairros criativos a partir dos recursos existentes localmente.

Coimbra pode e deve reforçar e ampliar as numerosas redes internacionais em que já participa. Mas o sentido que dou à ideia de cooperação internacional e à participação em redes é um sentido subsidiário de uma outra condição estrutural que é a *cooperação cultural endogeneizada*, quero dizer, a cooperação virada para dentro, baseada em interacções da cidade consigo mesma. A condição cooperante de uma cidade é uma condição plena e só poder ser exercida em “dedicação exclusiva”, tanto para o exterior como para dentro, tanto para com aqueles que conhecemos e fazem parte do *nosso* círculo restrito de relações culturais próximas,

como para com os *outros*, os diferentes de nós e que, por isso, são em regra tidos como distantes e, maxime, excluídos.

Quero dizer com isto que a cidade tem de promover a coesão interna e a participação democrática de todos os sectores sociais e de todas as expressões culturais. É este o sentido das cidades refúgio, das cidades educadoras, das cidades solidárias, ou das cidades criativas de hoje. A sua coesão social interna e o ambiente participado e democrático que nelas desejamos ver fortalecido são, por um lado, uma espécie de requisito ético para que uma cidade possa cooperar com outras, e constituem, por outro lado, um património que urge promover, preservar e amparar.

Mas é preciso entender que este é um património diferente do património formal e institucionalizado das agências internacionais e que deve ser articulado com ele. É um património de pequenas e tantas vezes humildes iniciativas e pessoas. De lugares também simples ou mesmo marginais, sem menção nas descrições promocionais ou nos folhetos turísticos, nem consagração em narrativas eruditas e ilustres da cidade. É ainda um património feito de lugares de iniciativa política, de informais expressões de resistência cultural, de lutas, disputas e memórias sociais que fizeram e continuam a fazer a cidade contemporânea! De gente anónima tantas vezes... de práticas, costumes e imaginários populares que terão sido agregadores sociais potentes e que hoje definham, são adulterados no seu sentido, ou morrem sem glória. Estamos mais, digamos, “afeiçoados” a consagrar e portanto a preservar o edifício da nobre e influente família de antanho que a envolver na acção cultural urbana, por exemplo, o lugar onde a democracia pode ter sido experimentada e violentada, ou o local onde se enraizou a vida e a cultura popular, ou onde se praticou a humilhação ou o horror político, como está a suceder neste precisos dias com o projecto de refuncionalização da sede da PIDE-DGS e na solução de dissipação da memória colectiva.

Um património urbano a preservar pode ser tanto uma poesia, uma memória de Zeca Afonso, como uma canção (de Coimbra?), um instrumento musical ou um dialecto em desaparecimento. Destes patrimónios, tangíveis e intangíveis, estão cheios os centros históricos desvitalizados das nossas cidades. Porque não agendá-los na cultura urbana da cidade de hoje, como “activos” a preservar? Por que não ensaiar uma espécie de política *alter-patrimonialista do património* e pô-la em marcha ao lado da acção formal, consagrada, e relativamente solene da patrimonialização e da turistificação das cidades históricas e monumentais e dos seus centros? Não podemos mobilizar vigorosamente as escolas tanto para a cultura erudita como para as

expressões populares da cultura? Tanto para os universos amplos das civilizações vencedoras, como para os espaços apertados do quotidiano popular e dos perdedores da modernidade? Podemos utilizar instrumentos e soluções informativas urbanas para assinalar lugares e sítios da cidade que devam ser apropriados socialmente de forma mais rica que não a da proverbial distração do residente e do turista passante que, no acto de conhecer o lugar, todavia, não reconhece a sua história e cultura sempre disputadas.

Conclusão

Podemos dizer que nesta linha de ideias, o modelo tradicional de desenvolvimento urbano e a sua correlata política de reabilitação dos centros históricos se encontra hoje a ser questionado um pouco por toda a parte. Acabo de regressar de um encontro Ibero-Americano de Gestão Cultural das Cidades, realizado em S. Salvador da Baía. Posso-vos garantir que no Brasil, e em muitas outras regiões da América Latina, não há intervenção em zonas urbanas habitadas que não obrigue à constituição de um processo de *gestão compartilhada*, no qual se inclui a representação das mais variadas sensibilidades e interesses. Os nossos irmãos luso-falantes e os responsáveis do dinâmico IPHAN declaram sem rodeios que "nada dá certo" sem o envolvimento activo dos agentes implicados (moradores, representantes associativos, técnicos, interesses imobiliários, comerciantes e *trabalhadores* da história, da cultura e da memória colectiva do lugar). O que tem o Brasil de diferente de nós? Pouca coisa, diria. Os problemas da degradação ambiental das cidades, da dissipação da memória dos lugares, da perda da identidade urbana são semelhantes na sua natureza, ainda que de escala substancialmente diversa.

Envolver os agentes directos, sobretudo os moradores, pode ser demorado para os calendários políticos, ou os compromissos institucionais e financeiros, ou o usufruto dos programas comunitários. Pode ser uma acção de risco e sem garantias de consenso nem de sucesso, se tivermos em conta a retracção ou a impreparação de segmentos diversos da população portuguesa para o exercício da prática participativa na esfera pública. Porém, não se desejam consensos de silêncio, pelo que todos os sectores sociais têm que ser ganhos para esta requalificação das cidades e dos seus centros históricos decadentes. Por isso, aqueles e outros argumentos que pretendem diminuir a *gestão compartilhada* no diagnóstico, no desenho e

no acompanhamento dos projectos de intervenção nos centros urbanos histórico-monumentais pretendem desconhecer a virtude cívica do envolvimento e da mobilização pública dos sectores sociais mais fragilizados e do seu profundo sentido *alter-patrimonialista do património*.

Estou convencido, e com isto termino, que um morador, ou uma colectividade, ou associação cultural, ou um jovem em idade escolar, envolvidos num processo de gestão democrática da sua rua, do seu bairro, ou da sua cidade é, seguramente, um futuro e aguerrido zelador da solução proposta, se *com-partilhada*. O património, a história e a memória da cidade e, desde modo, a imagem da cidade e do centro histórico só têm a ganhar com isso. Noutra ocasião e noutra lugar, atrevi-me a caracterizar esta situação como tratando-se de um esforço de *destraditionalização da tradição* (Vd. Fortuna, 2001: 231-257). Mantenho-me fiel à ideia. Temos de saber modernizar a história e a memória dos lugares, sem as descaracterizar, mas mobilizando-as para o projecto de renovação urbano-cultural das cidades e dos seus velhos centros.

Referências Bibliográficas:

- AA VV (2000), *Centro Histórico de Salvador – Bahia, Patrimônio Mundial*. S. Paulo: Horizonte Geográfico.
- Bovone, Laura (2005), “Fashionable Quarters in the Postindustrial City: The Ticinese of Milan”, *City and Community*, 4-4, 359-380.
- Fortuna, Carlos (2001), “Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora”, in Carlos Fortuna, *Cidade Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta, 231-257.
- Fortuna, Carlos (2004), “‘E Depois da Festa?’ Ou Coimbra, a Cidade e a Cultura”, in Conselho da Cidade de Coimbra (Grupo da Cultura) *Coimbra 2003: E depois da Festa?*. Coimbra: Conselho da Cidade/Almedina, 84-98.
- Galvão, Sofia (2005), “A administração local é muito pouco sindicada”, *Pública*, 486, 18 Setembro.
- Paz Balibrea, Mari (2003), “Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67, 31-54.
- Pinho, Osmundo S. A. (1997), “Descentrando o Pêlo: Narrativas, territórios e desigualdades raciais no Centro Histórico de Salvador”. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado.
- Rius Ulldemolins, Joaquin (2004), “Un nou paradigma de la política cultural: Estudi sociològic del cas barceloní”. Tese de Doutoramento – EHECS-Paris, e Universidade Autònoma de Barcelona.